

Rua Castro Alves, nº 279, Centro, CEP: 89.868-000 CNPJ: 83.021.881/0001-54 - Fone: (49) 3334-3600 compras@saudades.sc.gov.br www.saudades.sc.gov.br

TERMO DE REFERÊNCIA

Secretaria Municipal da Educação/Contratação de Serviço de Transporte Escolar

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O presente termo tem por objetivo a futura contratação de prestação de serviço de Transporte Escolar para alunos matriculados nas redes Municipal e Estadual de ensino, residentes em zona rural (denominado Roteiro 14 Linhas Aracazinho, Maipú e Taipas distantes onde não tem Unidades Escolares, que precisam se locomover até a escola mais próxima de suas residências para estarem se beneficiando do direito, garantido por lei, de estudar.
 - 1.2. O descritivo individual das quantidades estimadas está abaixo descrito.

Quantidades Estimadas:

Item	Descrição do Roteiro (Roteiro 14)	Dias Letivos	Percurso diário	Km estimado	Preço km rodado	Total Estimado
		Letivos	KM	ano	R\$	Ano R\$
1	LINHAS ARAÇAZINHO, ALTO MAIPÚ, FATIMA E TAIPAS. VESPERTINO 37 KM, MAIS 26 KM PARA LEVAR O ENSINO MÉDIO, ATÉ A RODRIGUES ALVES E EMEF, E NO FINAL DO DIA 39 KM PARA FAZER O RETORNO, TOTALIZANDO 102 KM POR DIA. SAÍDA DA ESCOLA EEB CARLOS WERLANG, AS 11:25HS, VAI SENTIDO LINHA FÁTIMA ATÉ A ENCRUZILHADA DA FAMÍLIA DE ERNANI MICHEL, ENTRADA ATÉ A FAMÍLIA KIPPER VAI ATÉ A PROPRIEDADE JORGE HEINZEN, VOLTA E VAI A SENTIDO BRENO SCHABARUM, PRÓXIMA A PARADA FRANCISCO SEHN, DEPOIS SENTIDO MAIPUZINHO NA ENCRUZILHADA PEGA A ESQUERDA SENTIDO	200				
	MAIPUZINHO NA ENCRUZILHADA, PEGA A ESQUERDA SENTIDO ALTO MAIPÚ, ATÉ A ESCOLA. DEPOIS VEM ATÉ A CIDADE, POR FÁTIMA INDO ATÉ A COMUNIDADE DE TAIPAS, VOLTANDO PARA A CIDADE DE SAUDADES ATÉ AS EEB RODRIGUES ALVES E EMEF. VOLTA AS 17:25MIN NO MESMO TRAJETO, ATÉ ARAÇAZINHO. (VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 20 ALUNOS)					

Assinado por 1 pessoa: GISELA IVANI HERMANN





Rua Castro Alves, nº 279, Centro, CEP: 89.868-000 CNPJ: 83.021.881/0001-54 - Fone: (49) 3334-3600 compras@saudades.sc.gov.br www.saudades.sc.gov.br

- 1.3. O serviço objeto desta contratação é considerado comum, conforme justificativas apresentadas no Estudo Técnico Preliminar.
- 1.4. O prazo de vigência do contrato, referente ao serviço licitado será de 12 meses, podendo ser prorrogado por igual período, na forma do art. 106 e 107 da Lei Federal 14.133/2021.
- 1.5. A formalização da compra se dará por meio de nota de empenho, que será fatiado mensalmente conforme a quantidade de quilômetros rodados.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1 A contratação visa proporcionar aos alunos matriculados nas redes municipal e estadual de ensino o direito de locomoção de suas residências até a escola.
- Garantindo Aos alunos o direito previsto em lei, da Educação Básica, Educação de Jovens e Adultos e o Novo Ensino Médio, no ano de 2024.

Este serviço é ofertado para alunos de Zona Rural até a escola pública mais próxima de sua residência. Onde ele se beneficiará de dias letivos, escolares e contraturno.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de contratação anual de 2024.

3.DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 3.1 A contratação do item visa atender à necessidade dos alunos, de modo que garanta a ele o direito básico de locomoção de suas residências até a escola.
- 3.2 A empresa licitada deverá comparecer ao Departamento de Compras e Licitações no prazo de 7 dias após a homologação do processo, portando:
 - Documento do veículo já em nome da empresa ou em transferência, lembrando que o prazo de transferência é de 30 dias após preenchimento do DUT;
 - Laudo de vistoria do veículo emitido por empresas credenciadas ao INMETRO;
 - Carteira Nacional de Habilitação categoria D ou E;
 - Curso de Transporte Escolar, caso este não constar na CNH, o condutor deve apresentar o certificado de conclusão do curso;





Rua Castro Alves, nº 279, Centro, CEP: 89.868-000 CNPJ: 83.021.881/0001-54 - Fone: (49) 3334-3600 compras@saudades.sc.gov.br www.saudades.sc.gov.br

- Certidão negativa do Fórum Criminal referente aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menor;
- Seguro ou proposta de seguro com empresa seguradora que contemple a cobertura para o seguro de Responsabilidade Civil Obrigatório, para vans, ônibus de acordo com a capacidade de passageiros do veículo conforme resolução nº 11/2015 do DETER a fim de realizar o seguro de acidentes pessoais de passageiros (APP), devendo, posteriormente, em até 30 (trinta) dias apresentar apólice de seguro definitiva sob pena de rescisão do contrato.
- 3.3 Para o segundo semestre de 2024, fica determinado data limite para entrega de toda documentação acima descrita o dia 09 de agosto de 2024.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. O objeto contratado caracteriza Prestação de Serviço.
- 4.2. A empresa licitada deve atender as exigências previstas no Estudo Técnico Preliminar.
- 4.3. A prestação do serviço deve ser feita em todos os dias letivos, escolares e contraturno em percurso pré estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação e conforme descrito nos mapas em anexo.
- 4.4. O CONTRATANTE pode rescindir o presente contrato independente de interpelação ou de procedimento judicial:
- a) no caso de dolo, culpa, simulação ou fraude na execução do contrato.
- b) no caso de más condições de segurança do veículo, detectadas em qualquer tempo pelos fiscais citados no Documento de Formalização de Demanda.
- c) caso não haja entrega da documentação exigida, no prazo estabelecido pelo edital e no Estudo Técnico Preliminar.
- d) se a contratada falir, entrar em concordata/recuperação judicial, em liquidação ou dissolução, e ainda alteração em sua estrutura social, que impossibilite ou prejudique a execução dos serviços.

 - solução, e ainda alteração em sua estrutura social, que impossibilite ou prejudique xecução dos serviços.

 4.5. A contratada poderá rescindir o contrato quando o contratante não efetuar os pagamentos que lhe são devidos no prazo de 60 dias.

 4.6. O contrato deve ser rescindido, quando houver necessidade de um aumento superior a 25% que que foi licitado, e se de comum acordo se houver um decréscimo maior que 25%.

Rua Castro Alves, nº 279, Centro, CEP: 89.868-000 CNPJ: 83.021.881/0001-54 - Fone: (49) 3334-3600 compras@saudades.sc.gov.br www.saudades.sc.gov.br

5. MODELO DA EXECUÇÃO DO OBJETO

- 5.1. A execução do objeto seguira a seguinte dinâmica:
- 5.1.1.O início da execução do objeto contratado será em março de 2024;
- 5.1.2. O serviço deverá ser prestado em todos os dias letivos, escolares e contra turno, em horário descrito na planilha de descrição do objeto, no itinerário licitado, dentro do Município de Saudades, até o final do ano letivo de 2024.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução 🕏 do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).





Rua Castro Alves, nº 279, Centro, CEP: 89.868-000 CNPJ: 83.021.881/0001-54 - Fone: (49) 3334-3600 compras@saudades.sc.gov.br www.saudades.sc.gov.br

- 6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º)
- 6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);
- 6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

Rua Castro Alves, nº 279, Centro, CEP: 89.868-000 CNPJ: 83.021.881/0001-54 - Fone: (49) 3334-3600 compras@saudades.sc.gov.br www.saudades.sc.gov.br

Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem





Rua Castro Alves, nº 279, Centro, CEP: 89.868-000 CNPJ: 83.021.881/0001-54 - Fone: (49) 3334-3600 compras@saudades.sc.gov.br www.saudades.sc.gov.br

adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 7.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 7.1.1. não produzir os resultados acordados,
- 7.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- 7.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
 - 7.2. Do recebimento.
- 7.2.1. O pagamento será efetuado conforme quantidade de quilômetros rodados em cada mês, atestados pelo sistema de rastreamento e/ou através de frequência informada pelos diretores de Unidades Escolares.
- 7.2.2. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)
- 7.2.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.2.4. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela 3 fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

 7.2.5. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e



Rua Castro Alves, nº 279, Centro, CEP: 89.868-000 CNPJ: 83.021.881/0001-54 - Fone: (49) 3334-3600 compras@saudades.sc.gov.br www.saudades.sc.gov.br

- 7.2.6. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 7.2.7. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
 - 7.2.8. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
 - 7.2.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.3. Liquidação

- 7.3.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação.
- 7.3.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.3.3. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

 a) o prazo de validade;
 b) a data da emissão;
 c) os dados do contrato e do órgão contratante;





Rua Castro Alves, nº 279, Centro, CEP: 89.868-000 CNPJ: 83.021.881/0001-54 - Fone: (49) 3334-3600 compras@saudades.sc.gov.br www.saudades.sc.gov.br

- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.3.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;
- 7.3.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.3.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 7.3.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 7.3.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.3.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.



Rua Castro Alves, nº 279, Centro, CEP: 89.868-000 CNPJ: 83.021.881/0001-54 - Fone: (49) 3334-3600 compras@saudades.sc.gov.br www.saudades.sc.gov.br

7.4. Prazo de pagamento

- 7.4.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.
- 7.4.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária.

7.5. Forma de pagamento

- 7.5.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 7.5.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.5.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 7.5.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.5.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta.



Rua Castro Alves, nº 279, Centro, CEP: 89.868-000 CNPJ: 83.021.881/0001-54 - Fone: (49) 3334-3600 compras@saudades.sc.gov.br www.saudades.sc.gov.br

- 8.2.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.
 - 8.2. Exigências de habilitação.
- 8.2.1. Para fins de habilitação deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:
- a) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;
- b) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- c) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- d) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores:
- e) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- f) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;





Rua Castro Alves, nº 279, Centro, CEP: 89.868-000 CNPJ: 83.021.881/0001-54 - Fone: (49) 3334-3600 compras@saudades.sc.gov.br www.saudades.sc.gov.br

- 8.2.2. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
 - 9.3. Habilitação fiscal, social e trabalhista.
 - 9.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.
 - 9.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
 - 9.3.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
 - 9.3.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
 - 9.3.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
 - 9.3.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

 - fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

 9.4. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

 9.5. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.





Rua Castro Alves, nº 279, Centro, CEP: 89.868-000 CNPJ: 83.021.881/0001-54 - Fone: (49) 3334-3600 compras@saudades.sc.gov.br www.saudades.sc.gov.br

Qualificação Econômica – Financeira

10.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II);

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do município.

O dispêndio financeiro decorrente da contratação ora pretendida decorrerá da dotação orçamentária:

SECRETARIA - 04 - Secretaria Municipal de Educação

Atividade – 2.012 – Manutenção das atividades do ensino fundamental

Atividade – 2.013 – Apoio ao Ensino Médio

Atividade – 2.016 – Manutenção da Educação Infantil

Rubrica – 33.90.39.99.00 – Outros Serviços de Terceiros pessoa Jurídicas

Saudades, SC, 08 de março de 2024.

GISELA IVANI HERMANN

Secretária Municipal Da Educação